

GUSTAVO UCHÔAS GUIMARÃES

UTOPIAS: Breves reflexões políticas

**Varginha
2020**

ISBN: 978-65000-1456-3

GUIMARÃES, Gustavo Uchôas. **Utopias: Breves reflexões políticas.**
Edição do autor: Varginha, 2020.

O autor

Gustavo Uchôas Guimarães nasceu em Itanhandu, em 1987, e atualmente mora em Varginha. É professor de História (atuando em Varginha e Elói Mendes/MG), pesquisador na área de História Indígena e escritor. Em 2019, publicou o livro "Histórias e culturas indígenas na Mantiqueira e vale do rio Verde" (Cia do Ebook), no qual aborda o que já se sabe sobre povos indígenas nas divisas de Minas com São Paulo e Rio de Janeiro. Também tem capítulos publicados nos livros "Vários Orientes" (Editora Sobre Ontens, 2017), "Campos de saberes da história da educação no Brasil" (Atena Editora, 2019) e "Caleidoscópio pedagógico, diferentes olhares: práticas, concepções e educação inovadora" (Lisbon International, 2019). Além disso, tem artigos publicados em revistas e registros de eventos universitários, principalmente na área de História Indígena. Por fim, tem poesias publicadas nas duas edições de 2019 da antologia "Estação dos Versos" (Fundação Cultural de Varginha) e uma poesia publicada, em 2003, na antologia "Um poema chamado Brasil" (FIAT).



Utopias - parte 1 - Política se discute?

Por que o título "Utopias" para se falar de ideias políticas e de ideais para a sociedade? Como muitos sabem, a palavra "utopia" foi criada por Thomas Morus, escritor inglês do século XVI, baseado em duas palavras gregas que, juntas, significam "lugar nenhum". Hoje em dia, "utopia" traz a ideia de algo impossível, algo que de tão perfeito se torna irrealizável.

No caso desta série de textos, a escolha do título "Utopias" se contextualiza naquilo que, pessoalmente, venho observando no cenário brasileiro: o momento político faz com que se torne quase impossível discutir política com seriedade, justiça e até mesmo civilidade. Ou ainda, aos ouvidos de muitos brasileiros, soa impossível algum discurso lúcido que tenta orientar a discussão política para que haja proveito de todas as partes. Ou ainda, aos olhos de muitos brasileiros, parece quase impossível enxergar quaisquer possibilidades de melhoria do país tendo a classe política que temos hoje.

Por tudo isto, a escolha do título "Utopias". A mim, autor desta série de textos, por vezes parece quase impossível que brasileiros possam debater ideias sem que se caia na "paixão futebolística" na qual se transformaram as discussões políticas atuais. Por todo lado, se vê muita defesa cega e apaixonada de políticos ou partidos ou ideologias, mas pouca discussão aberta às possibilidades de analisar os mesmos políticos, partidos e ideologias sob diversos ângulos, percebendo seus pontos fortes e fracos e as mentalidades, manipulações e virtudes que podem ou não compor cada aspecto analisado.

E é na utopia de se promover uma troca civilizada de ideias que se inicia esta série "Utopias". Se eu tenho utopias? Muitas! O ser humano, olhando a realidade ao seu redor, muitas vezes precisa das utopias, não para se anestesiar e alienar, mas para ter forças no trabalho de transformação destas realidades. E é por ter utopias que proponho esta troca de ideias.

A princípio, fica a pergunta: política se discute? Muitos acabam fugindo pelas tangentes quando surgem discussões de cunho político e dão a desculpa de que "Política, religião e futebol não se discutem". No entanto, é preciso ter em mente que somos seres políticos. A todo o tempo, fazemos política para fazer valer nossas ideias, para discutir o que queremos e pensamos, para convencer o outro de algo, entre outras situações. E a política é passível de discussões sim! Discutir política é (em teoria) o meio mais eficaz de se encontrar rumos que sejam benéficos a toda a sociedade. O problema está em discutir política da forma como se faz atualmente: acalorada, despolitizada (parece contraditório, mas é real), apaixonada, cega, parcial, rasa, polarizada.

Utopias - parte 2 - A ingratidão é necessária

No texto introdutório da série "Utopias", vimos que política é algo discutível, ao contrário do dito popular que diz que política "não se discute". E assentado nesta premissa de que política é discutível, vamos trocar ideias sobre a ingratidão tão necessária para que a política se transforme em algo realmente a serviço de toda a sociedade.

Nas últimas brigas e rinhas por causa da política brasileira atual, é muito comum ver pessoas dizendo que defendem tal político ou tal partido porque, no poder, tal político ou tal partido fez bem ao povo (e, dependendo do político ou do partido, há quem diga que foi o que mais fez pelo povo em toda a história brasileira). Não vamos entrar no mérito da questão, pois o objetivo deste texto não é discutir se realmente tal político ou tal partido fez bem ao povo, mas vamos nos centrar na mentalidade que há por trás de defesas embasadas no argumento de que o governante fez coisas boas à sociedade. A mentalidade por trás de tais argumentos é de "gratidão" ao político, e tal sentimento chega a fazer com que pessoas deixem de perceber ou discutir os "maus feitos" deste político, fortalecendo assim a famosa frase de Ademar Pereira de Barros (ex-governador de São Paulo): "Roubo, mas faço". A frase nada mais é do que um resumo da cultura política brasileira, que espolia o povo e não lhe oferece condições para pleno desenvolvimento a médio e longo prazo, mas que oferece ao povo soluções de curto prazo para dar a ideia de que algo está sendo feito e assim despertar a gratidão que santifica políticos e cega diante dos maus feitos.

Sobre o que foi dito acima, há dois grandes exemplos na história política nacional: Vargas e Lula. Getúlio Vargas deu golpe duas vezes (1930 e 1937), governou de forma ditatorial (1937-1945), cerceou liberdades, censurou a imprensa, mas é reverenciado por causa da Consolidação das Leis do Trabalho e do impulso à indústria brasileira; Luís Inácio Lula da Silva é alvo de várias denúncias e tem seu nome ligado a maus feitos investigados pela Operação Lava Jato, mas é reverenciado por causa de programas sociais e impulsos ao desenvolvimento da economia brasileira. Tanto em um como no outro caso, há um sentimento de gratidão tão grande que bloqueia as possibilidades de discussão séria e sóbria a respeito de aspectos negativos destas duas figuras históricas, não para demonizá-los (como muitos opositores acabam fazendo), mas para que não continuemos com uma cultura que "santifica" personalidades históricas e cria "auras mitológicas" em torno delas.

Diante de todo o exposto, o que se quer afirmar aqui é que a ingratidão é altamente necessária para que se possa haver um debate político capaz de analisar todos os lados sem "canonizações", sem cultos à personalidade do líder, mas

também sem animosidades, sem "demonizações", sem contaminações do debate com anseios e paixões que margeiam a loucura. E esta ingratidão, que não é má quando se refere ao campo político, só despertará no coração e na mentalidade quando as pessoas passarem a perceber que tudo o que um político faz de bom não passa de obrigação. A Consolidação das Leis do Trabalho (Getúlio Vargas), o desenvolvimento da indústria automobilística (JK), a criação e consolidação do Plano Real (Itamar/FHC), a extensão dos programas sociais (Lula), entre outras ações, nada mais são do que OBRIGAÇÕES dos governantes perante as necessidades dos trabalhadores, da economia, dos mais pobres e de toda a sociedade brasileira. Saindo da esfera federal, qualquer "boa ação" de qualquer prefeito ou vereador em qualquer recanto do Brasil nada mais é do que OBRIGAÇÃO do representante do povo. E quando falamos de política, para obrigação não cabe gratidão!

Se não houvesse gratidão a políticos, encararíamos como naturais as investigações em torno do político que fez bem à sociedade mas que acabou se envolvendo em "maus feitos". Se não houvesse gratidão a políticos, discutiríamos o atual cenário brasileiro com menos animosidade e mais racionalidade, cobrando de nossa classe política que cumpra suas obrigações frente aqueles que o ajudaram a estar no poder (os eleitores, não as empresas, empreiteiras, etc). Se não houvesse gratidão a políticos, as investigações poderiam ser mais imparciais e menos seletivas.

Voltando a tecla da ingratidão, esta é necessária na cultura política para que os políticos saibam seu lugar. Se o político (mesmo aquele que cumpre suas obrigações) se sente pressionado por aqueles que dele esperam o cumprimento do que se propôs a fazer, tal político pensaria mais vezes antes de se envolver com "maus feitos". E para que isto ocorra, é necessário que o povo aprenda a cobrar políticos, não batendo panelas (de forma seletiva) nem exigindo que uma só pessoa saia do poder e pague pelos maus feitos de toda uma classe política, mas pressionando para que os políticos cumpram suas obrigações, pois o político, por melhor que seja e por mais que cumpra o que é obrigado a fazer, deve ser investigado e passar pelo crivo da Justiça quando há evidências de seus atos corruptos.

No próximo texto, vamos trocar algumas "figurinhas" sobre o uso indiscriminado que fazem da História como forma de legitimar discursos e ideias. São notórios usos de expressões como "Vai estudar História" quando a outra pessoa discorda do que pensamos e dizemos. Refletir sobre estes usos (e manipulações) da História é um ato necessário para que a História não se vulgarize nas bocas e mentes de quem trata política como se fosse torcida de futebol.

Utopias - parte 3 - Vá estudar História

Em um cenário tão conturbado como a política brasileira atual, é muito comum ouvir, de todos os lados, pessoas que, para mostrarem "superioridade" de ideias, dizem aos seus oponentes: "Vá estudar História!" Dizem isto como se a História prestasse apenas para afirmar e confirmar suas convicções pessoais ou como se a única História válida fosse aquela escrita e interpretada por seu grupo político e ideológico. E o pior é que quem utiliza esta expressão, mandando os outros estudarem História, normalmente tem um conhecimento raso ou muito parcial da História.

É comum perceber, principalmente pelas redes sociais, que a turma do "Vá estudar História", seja de qual ideologia for, não preza por ter um conhecimento mais amplo e abrangente das ideias, dos processos, das mentalidades. Quem se diz de "esquerda" lê apenas autores de tendências e convicções "esquerdistas"; quem se diz de "direita" lê apenas autores de tendências e convicções "direitistas"; e assim por diante. E isso quando lê, pois há uma grande massa de "compartilhadores de posts de redes sociais" ou de "leitores do senso comum", ou seja, aqueles que leem superficialmente, não questionam a veracidade do que leem, não buscam fontes confiáveis e espalham pelas redes porque convém a suas ideias pessoais.

Dentro de uma situação como a atual, onde o debate político ocupa o tempo e as mentes de todas as pessoas nas mais diversas situações cotidianas, é de extrema importância aprender a ler o que se discute, buscando a veracidade das informações e buscando também conhecer o "oponente", não por "fontes terceiras" ou de confiabilidade duvidosa, mas indo direto a fonte. Para se conhecer pensamentos progressistas, por exemplo, não se deve ler fontes conservadoras, mas fontes progressistas; e vice-versa. Depois da busca direto a fonte, o indivíduo tem condições de começar a confrontar o que foi lido com as suas próprias ideias e formar conhecimentos e opiniões capazes de elevar o nível do debate político para que este se torne mais sério e menos "apaixonado". Além disso, a busca por conhecimentos e informações que transcendam a própria "casinha" é uma das condições básicas para uma discussão pautada pela civilidade, pelo respeito e pela edificação de todos os lados. Não é necessário, claro, que se deixe de lado as próprias convicções e que se concorde com o outro, mas é necessário que se conheça o pensamento do outro para que sejam maiores as chances de um debate intelectualmente honesto (coisa que vem faltando - e muito - nas discussões políticas Brasil afora).

No próximo texto, vamos continuar esta troca de ideias sobre a busca por conhecimentos. Vamos questionar e refletir sobre a "verdade": O que é a verdade? Alguém pode tê-la? Em meio às discussões políticas atuais, é possível encontrar

Utopias - parte 4 - Quid est veritas?

O título desta parte da série Utopias remete à pergunta feita por Pôncio Pilatos durante o julgamento de Jesus de Nazaré. Teologicamente, o cristianismo afirma que a verdade estava em pessoa diante de Pilatos, sendo julgada por ele. No entanto, o uso da "questão ponciana" como título deste texto deve-se a uma necessidade histórica e atual, desvinculada do aspecto teológico e religioso: a necessidade de se questionar as "verdades" que tentam se impor nos discursos, debates e práticas políticas do nosso país na atualidade. Muito mais do que questionar "QUAL é a verdade?", é importante questionar "O QUE é a verdade?". A reflexão em torno desta questão nos ajuda a entender o desenrolar das ações que envolvem principalmente as mais altas esferas da política brasileira.

A verdade pode ser definida como aquilo que se manifesta a nossos olhos (ideia ligada ao termo grego *aletheia*); ou ainda, pode ser entendida como o caráter daquilo que se expressa como real, ou seja, está ligada ao relato dos fatos ocorridos (ideia ligada ao termo latino *veritas*); por fim, a verdade também pode ser definida como a esperança ou crença em coisas que certamente virão (ideia ligada ao termo hebraico *emunah*). Em cima destas definições, podemos perceber o atual cenário brasileiro como uma guerra entre "verdades", tanto no campo dos fatos como no das linguagens e das esperanças. No entanto, percebe-se também uma disseminação de fatos, linguagens e esperanças que apenas têm aparência de "verdade".

Primeiro: os fatos. Em uma era de muita informação, é contraditório ver uma multidão de pessoas mal-informadas ou que não se dispõem a se informar com qualidade, transparência e comprometimento. Pelo contrário, uma enxurrada de informações duvidosas e mentirosas inunda os meios de comunicação (principalmente a internet) e leva consigo multidões de pessoas que não buscam saber se os fatos são realmente do jeito que os meios de comunicação colocam como tendo ocorrido. A todo momento, grupos políticos, partidários e ideológicos (ou pessoas que se identificam com tais grupos) bombardeiam seus oponentes com fatos cuja autenticidade nem sempre é comprovada. Vemos isto, por exemplo, quando simpatizantes dos governos petistas atribuem a Lula a criação de 18 universidades federais e a Fernando Henrique Cardoso nenhuma universidade federal (o que não é verdade, se pesquisarmos a origem de cada universidade cuja criação é atribuída às gestões lulistas) ou ainda quando simpatizantes de grupos, partidos ou ideologias contrários ao lulopetismo procuram expor apenas os "maus feitos" dos governos petistas e desconsideram ou ignoram as evidências corruptas de quem não tem ligação com o partido.

Segundo: as linguagens. Percebe-se a distorção ou a manipulação das informações pela forma como elas são relatadas e pelo linguajar utilizado nas discussões de cunho político. Grupos tentam impor suas verdades e aniquilar os

opponentes com expressões que vão desde o "Vá estudar História!" até os termos e expressões depreciativos como "cozinha", "petralha", "tucanalha", "pão com mortadela", etc. Além disso, com a facilidade de acesso que se tem às redes sociais, fica muito mais fácil distorcer e manipular informações utilizando diversos recursos de linguagem para que pareçam "verdades".

Terceiro: as esperanças. As redes sociais têm sido altamente aproveitadas por seus usuários que manifestam esperanças em um país melhor. Até aí, tudo bem, não fossem algumas esperanças e crenças que são alimentadas às custas da realidade, como, por exemplo, aqueles que esperavam ansiosamente pela deposição da presidente Dilma Rousseff (e os que esperam ansiosamente a deposição do presidente Bolsonaro) sem nem mesmo ter havido um completo, justo, apartidário e imparcial processo de investigações em torno daquilo que pensam ser "crimes de responsabilidade"; ou ainda, há aqueles que esperam e acreditam que o país será "moralizado" apenas com a saída do presidente, sem levar em conta todo o "iceberg" de realidades, mentalidades, culturas e práticas que devem ser transformadas neste país para que haja maior confiabilidade na classe que nos representa no poder.

Percebam, caros leitores, que a conjuntura atual é de luta entre "verdades" que nem sempre são "verdadeiras" e que muitas vezes não são acompanhadas por uma honesta busca por veracidade. As multidões (no mundo real e no virtual) simplesmente espalham fatos, linguagens e esperanças no calor das emoções, das discussões e das desonestidades intelectuais, fazendo um desserviço ao debate político limpo, justo e construtivo. E vendo esta realidade, somos convidados a novamente nos questionar: "O QUE é a verdade?"

No próximo texto da série Utopias, vamos trocar ideias sobre a urgente necessidade de se "separar o joio do trigo" em meio a tantas discussões, acusações e conflitos. Mesmo que seja uma tarefa quase impossível, precisamos analisar os fatos e as ideias desconstruindo-os e assim ter alguns pontos em mente para podermos discernir o que estamos apoiando e que rumos queremos para o nosso país.

DICA DE LEITURA:

http://www.armazem.literario.nom.br/autoresarmazemliterario/eles/martinhoc-arloshost/filosofia/22_modulo22.htm

Utopias - parte 5 - Separando o joio do trigo

Com este texto encerra-se a série Utopias. O texto anterior da série teve um título com referência bíblica. Para este texto, também recorro ao relato evangélico para ilustrar algo muito necessário atualmente: aprender a separar, em meio a tantas opções, aquilo que é danoso daquilo que é proveitoso. E a história brasileira, especialmente o momento atual, apresenta tantas opções de escolha (política, partidária, ideológica, etc) que fica difícil separar o que realmente pode ser melhor para os rumos do país e o que traz muitos danos a estes rumos. Neste texto, vamos refletir um pouco sobre a tão necessária separação do joio e do trigo para vislumbrarmos melhor os cenários que se apresentam a nós dentro dos processos históricos que vamos passando atualmente (tanto na política quanto em outras áreas).

O maior joio semeado entre os brasileiros atende pelo nome de *reducionismo* (e isto origina vários outros joios): muitas discussões e muitos discursos são reduzidos a formas simplistas de pensar que perdem a profundidade da análise e da reflexão. Por exemplo: os que se diziam "defensores da democracia" em 2016, posicionando-se contra o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, eram tratados como *petistas* e *comunistas* em falas que partiam de vários dos que eram pró-*impeachment*, da mesma forma que os defensores do *impeachment* acabavam sendo reduzidos a *burgueses* e *direita reacionária* em falas que partiam de vários dos que são contrários ao *impeachment*. O reducionismo é visto em todos os lugares onde, por exemplo, aquele que pensa diferente da maioria é reduzido ao rótulo de *subversivo* ou *chato* ou *do contra*, sendo nocivo por impedir a prática de bons debates, boas reflexões e bons discursos. Reduzir as ideias para simplificá-las ao extremo, tirar a profundidade das análises e rotular grupos e ideias são práticas comuns que mostram graves deficiências coletivas (os outros joios): falta de leitura, desinteresse pelo estudo ou pela simples busca da veracidade das informações, tendência a reproduzir o senso comum, argumentações que recorrem exagerada, acrítica e indistintamente a "autoridades"¹ (professor, líder religioso, político, etc).

E a situação fica ainda mais agravada com a internet e seu poder de dar voz a todos quantos queiram opinar. São muito comuns, especialmente nas redes sociais, os reducionismos que servem mais para incitar ódios e demonstrar ignorância do que para promover debates sérios e embasados. A internet tem sido instrumento para que muito joio seja plantado, gerando intolerância, ignorância, ódio,

¹ Neste caso, há situações em que é interessante recorrer a "autoridades" para se embasar melhor uma argumentação; no entanto, o problema ocorre quando a recorrência a "autoridades" se torna o único meio de embasamento argumentativo, dando brechas para o "autoritarismo discursivo", ou seja, a imposição de opiniões e argumentos em detrimento dos demais só porque alguém falou que era "verdade".

discussões competitivas, entre outros danos que em nada contribuem para se pensar o momento político brasileiro atual.

Fazendo jus ao título desta série, é preciso ter um pouco de utopia para se pensar como evitar o reducionismo: acreditar que o estudo sério de fontes confiáveis possa mudar a maneira das pessoas enxergarem os debates (não como competição para ver quem ganha no grito, mas como construção de ideias); acreditar que é possível a uma pessoa "sair da casinha" e ler coisas que são contrárias a suas posições e convicções, não necessariamente para que esta pessoa deixe de lado suas convicções, mas para que compreenda que aquilo que ela pensa não é uma ideia superior ou absoluta; acreditar que é possível discutir política ou quaisquer outros assuntos sem recorrer a ataques pessoais, chavões e outros recursos linguísticos que só trazem desserviços à formação de debates sérios que visem refletir melhor sobre o que vivemos hoje.

A leitura de fontes variadas, o olhar crítico sobre estas fontes (mesmo aquelas com as quais o leitor a princípio concorda) e o exercício do debate realmente centrado em ideias e não em ataques são os primeiros passos para se separar o joio do trigo neste emaranhado de situações que vemos ao nosso redor e que nos afetam de alguma forma.

Como já foi dito no início deste texto, este é o último da série Utopias. A proposta é, através destes textos, levar o leitor a refletir e a expandir suas possibilidades de enxergar a situação do Brasil e da política em nosso país. Espera-se que esta série contribua, ao menos minimamente, para despertar em cada leitor um desejo de saber mais, pensar mais e melhor, para assim contribuir mais e melhor nas formas de se debater e agir sobre a política brasileira atual.

ISBN 978-650001456-3

